



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE PLANALTINA

RAFAEL CARDOSO DA SILVA

**PARTICIPAÇÃO DO SICOOB NA ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE O ANO  
DE 2012 (ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS)**

PLANALTINA – DF

2013

RAFAEL CARDOSO DA SILVA

**PARTICIPAÇÃO DO SICOOB NA ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE O ANO  
DE 2012 (ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão do Agronegócio, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão do Agronegócio.

Orientadora: CAROLINA LOPES ARAÚJO

Planaltina – DF

2013

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que sem ele nada seria possível, à minha família e minha namorada que me forneceram todo o apoio necessário para a realização, não somente do presente trabalho, mas também do curso de graduação, às pessoas próximas a mim, que compreenderam a importância do trabalho e me apoiaram e para todos àqueles que acreditam que a perseverança e o erro são caminhos para as grandes realizações.

## **AGRADECIMENTOS**

À professora/coordenadora Carolina Lopes Araújo pelo empenho, dedicação, atenção e paciência no decorrer do projeto, a quem agradeço também pela minha inserção no ambiente cooperativo, me fornecendo todas as ferramentas necessárias para a realização do presente trabalho.

Àquelas pessoas que me ajudaram direta ou indiretamente na conclusão do mencionado projeto.

À família que sempre fornece a força necessária para todas as realizações.

"A mente que se abre a uma nova idéia jamais voltará ao seu tamanho original."

(Albert Einstein)

## RESUMO

O presente trabalho irá se concentrar na análise da movimentação financeira realizada pelo Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil no montante do Sistema Financeiro Nacional no ano de 2012, estipulado pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional das Cooperativas, com o objetivo de mensurar qual a real participação que o cooperativismo de crédito representa para o Brasil e qual seu real impacto na economia brasileira durante este marco para o sistema cooperativo, onde será exposta também a participação do SICCOOB, e do Banco Cooperativo do Brasil no âmbito do PIB econômico brasileiro. Serão utilizados como fonte de dados, publicações anteriores sobre a participação do cooperativismo de crédito no país, juntamente com relatórios disponibilizados pelo do Banco Central do Brasil.

**Palavras-chave:** Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil; Sistema Financeiro Nacional; Ano Internacional das Cooperativas; economia brasileira; Banco Central do Brasil.

## ABSTRACT

This work will focus on the analysis of financial transactions done by the Cooperative Credit System of Brazil in amount of the financial system in 2012, stipulated by the United Nations as the International Year of Cooperatives, in order to measure the real contribution which the cooperativism of credit represents to Brazil and what its real impact on the Brazilian economy during this goal to the cooperative system, where it will be exposed also the participation of SICOOB, and the Cooperative Bank of Brazil under Brazilian economic gross national product (GNP). Will be used as a source of data, previous publications about the participation of the cooperativism of credit in the country, along with reports provided by the Central Bank of Brazil.

**Key words:** Cooperative Credit System of Brazil; National Financial System, International Year of Cooperatives; Brazilian economy; the Central Bank of Brazil.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

BACEN – Banco Central do Brasil

BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

RS – Rio Grande do Sul

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SICOOB – Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil

SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo

SisBr – Sistema de Informática do Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

QUADRO 01 – Diferenças entre cooperativas de crédito e bancos

QUADRO 02 - O tamanho do Sistema Financeiro Nacional em dezembro de 2011

QUADRO 03 - O tamanho do Sistema Financeiro Nacional em setembro de 2012

QUADRO 04 - Volume de recursos administrados por Instituições Financeiras Cooperativas

QUADRO 05 - Participação de Mercado das Instituições Financeiras Cooperativa

QUADRO 06 - Crescimento percentual no período de 1995 a Set/2012

GRÁFICO 1.1 – Participação do Cooperativismo de Crédito no Sistema Financeiro Nacional

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.1. HISTÓRICO DO CRÉDITO BANCÁRIO NO BRASIL .....	1
1.2. OBJETIVOS .....	2
1.3. JUSTIFICATIVA .....	2
<b>2. DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>3</b>
2.1. ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS .....	3
2.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO.....	3
2.3. COOPERATIVA DE CRÉDITO X BANCOS TRADICIONAIS .....	9
2.4. CRÉDITO BANCÁRIO .....	12
2.5. LINHAS DE CRÉDITO OPERACIONALIZADAS PELO SICOOB.....	14
2.6. METODOLOGIA.....	15
2.7. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA NOS ÚLTIMOS ANOS.....	21
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>24</b>
<b>4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>26</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. HISTÓRICO DO CRÉDITO BANCÁRIO NO BRASIL

O tema crédito bancário é considerado por quase todos os estudiosos do assunto (CADUETTE; ALTMAN; NARAYANAN, 2000) como um instrumento capaz de alavancar o desenvolvimento do país, trazendo mais competitividade para as diversas empresas que utilizam desta ferramenta. Jacob (2003) define o termo como uma situação em que dois atores estão diretamente envolvidos através de um contrato firmado entre o credor e o devedor, onde o credor fornece liquidez à parte interessada, em troca de um risco, que possivelmente estará ligado à taxa de juros cobrada pelo emitente. Atualmente no Brasil as únicas instituições permitidas a realizarem esta prática, na forma de credor, são os bancos ligados ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O histórico do crédito no País remonta a realidades bem antigas, dos tempos da chegada da corte portuguesa ao Brasil, em torno de 1808 – ano de criação do primeiro Banco do Brasil, liquidado pouco tempo depois (MULLER, 2001). Todavia este trabalho irá se concentrar na atividade de crédito bancário a partir do Plano Real, em 1994, quando houve no País o controle da inflação e aumento significativo da prática de distribuição de crédito para as diversas classes sociais brasileiras (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2013). Outra informação bastante relevante a respeito do crédito é com relação ao seu impacto na economia, pois segundo o Ministério da Fazenda (2013) que atuava à época de implementação do Plano Real, os diversos setores da economia, passaram a crescer de forma significativa e constante, algo que não era muito comum ao mercado brasileiro.

Com o Plano Real, o País enfrentou uma séria dependência do capital estrangeiro a partir de 2005, como afirma Batista Jr. (2002). Nessa época, a economia brasileira registrou expressivo desequilíbrio em suas contas externas, muito em virtude de uma crise no México, quando novamente o termo inflação começou a preocupar. Algumas políticas em âmbito nacional de aumento das taxas de juros e a preocupação internacional em manter esta nova moeda brasileira nos patamares de liquidez fizeram com que novamente a inflação fosse controlada, dando um impulso novo ao Plano Real (SERASA EXPERIAN, 2012).

Congruentemente com a realidade de inclusão e fortalecimento desta nova ordem monetária nacional, ganha força a idéia de formação de bancos cooperativos para os diversos setores de cooperativas de crédito vigentes no País, impulsionando o cooperativismo de crédito, diminuindo também sua dependência pelos agentes financeiros tradicionais, a exemplo destes bancos cooperativos, tem-se o Banco Cooperativo do Brasil – o Bancoob S.A. – braço financeiro do Sistema Cooperativo do Brasil – o Sicoob – que terão adiante melhor abordagem.

## 1.2. OBJETIVOS

Este projeto parte do pressuposto de que, explicando as principais diferenças entre o sistema financeiro cooperativo e o sistema financeiro tradicional, e analisando também o volume de crédito concedido pelos dois eixos com ênfase no Sistema Cooperativo do Brasil (Sicoob), podem-se explicar os resultados financeiros obtidos pelo Sicoob no ano de 2012, verificando a participação deste Sistema na economia brasileira durante o ano internacional das cooperativas.

## 1.3. JUSTIFICATIVA

Seguindo uma tendência mundial de valorização do cooperativismo, o ano de 2012 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional das Cooperativas. O Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, afirma que as cooperativas desempenham um importante papel como catalisadoras de desenvolvimento inclusivo, capacitando as comunidades, criando empregos e gerando renda para o meio onde estão inseridas (ONU, 2013). Sendo assim verificar a participação do cooperativismo de crédito brasileiro no ano de 2012, ajudará a evidenciar ainda mais essa importante ferramenta que as cooperativas representam.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1. ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2012), o ano de 2012 foi definido como o Ano Internacional das Cooperativas em virtude de um estreitamento das relações entre a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e a Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de buscar o desenvolvimento econômico sustentado, a mitigação da pobreza e a intercooperação. A idéia de instituir o ano de 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas surgiu em 2009. A temática escolhida para ser debatida nas celebrações do Ano Internacional das Cooperativas não reflete apenas o espírito cooperativista em si, mas também norteia aspectos de empreendedorismo, inclusão dos jovens nos mercados de trabalho, assim como a maior autonomia da mulher (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2012).

Para tornar tangível tais perspectivas de alcançar o desenvolvimento econômico sustentável, mitigar a pobreza e aprimorar a intercooperação, a Organização das cooperativas (2012) definiu alguns objetivos, sejam: Aumentar a consciência pública sobre as cooperativas e os benefícios aos seus membros, contribuir para o desenvolvimento social e econômico e integrando tais perspectivas com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Entre os objetivos da OCB também se destacam: a promoção da conscientização na rede global sobre o cooperativismo e seus esforços para fortalecer as comunidades, a democracia e a paz, promover a criação e crescimento de cooperativas e ações para atender às necessidades socioeconômicas do setor cooperativista e encorajar os governos para estabelecer políticas, leis e regulamentos que levam à criação, crescimento e sustentabilidade das cooperativas.

### 2.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O maior sistema de cooperativas de crédito do Brasil, cujo objetivo é de tornar o país mais justo e democrático (SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, 2013), surge de um ideal de transformação da realidade econômica, que segundo Benevides (2004), teve início em torno de 1902, quando o

primeiro modelo, com sucesso, de cooperativa de crédito foi introduzido no sul do país. Essa iniciativa de fundação de uma cooperativa, empreendida pelo Padre Amstad, em Nova Petrópolis (RS), foi considerada como algo visionário para a época. O modelo não era inédito, pois estava trazendo ao Brasil um modelo já existente e disseminado na Europa das chamadas Caixas Rurais de Raiffeisen.

O modelo alemão de cooperativismo de crédito, com vertentes históricas fundadas em princípios cristãos de amor ao próximo, valorização da iniciativa individual, formação moral dos associados, não remuneração dos colaboradores com ausência de retorno de sobras, juntamente com responsabilidade solidária e ilimitada de todos pelas obrigações contraídas pela sociedade, serviu de base também para o cooperativismo de crédito na Europa (BENEVIDES, 2004). Este modelo de auxílio-mútuo idealizado por Raiffeisen durante os anos difíceis do setor agrícola alemão, em meados de 1847, possui como principal característica a formação moral dos associados (ROBY, 2001).

Benevides (2006), também explica a criação dos Bancos Populares Luzzati, considerado outro modelo que inspirou o cooperativismo de crédito brasileiro. Com origem italiana e com características semelhantes ao modelo Raiffeisen de não remuneração dos membros e princípio de livre iniciativa individual, possuía algumas particularidades, como a aceitação de ajuda estatal e empréstimos concedidos mediante palavra de honra, algo praticamente inexistente nos dias atuais.

Há também outro modelo de cooperativismo de crédito que convém ser adicionado no âmbito de referência ao cooperativismo de crédito brasileiro, As Caixas Populares Alphonse Desjardins. Este modelo é resultante da síntese dos modelos de Raiffeisen, Luzzati e Schulze-Delitzsch. Este último é um modelo alemão que, segundo Souza (1992), pode ser considerado também como uma iniciativa pioneira do cooperativismo de crédito na Europa.

O modelo de Desjardins pensava na aplicação de formas de auxílio mútuo à atividade econômica com o objetivo de criar nos associados o hábito da economia sistemática, onde os depósitos regulares realizados pelos associados retornariam para os próprios usuários como formas de empréstimos a juros baixos. Alphonse Desjardins, precursor da idéia das caixas populares no Canadá francês (Quebec),

buscava frequentemente orientar camponeses, operários e artesãos para a responsabilidade de autogestão democrática.

Atualmente o Sicoob, considerado o maior sistema cooperativo brasileiro, utiliza algumas características das Caixas Populares de Desjardins. Porém, ao mesclar os diversos modelos para encontrar sua própria identidade, o Sicoob desenvolve suas características próprias. Sua criação se deveu aos interesses de fortalecimento das cooperativas de crédito independentes. Houve, portanto, uma união de idéias para a integração dos agentes outrora independentes, unificando todo o sistema Sicoob.

Hoje este sistema é representado por uma confederação, um banco cooperativo, quinze cooperativas centrais, quinhentas e quarenta e cinco cooperativas singulares, 2.285.196 associados, 17.401 funcionários, 6.989 dirigentes, dados do próprio Sicoob Confederação em junho 2012. Já a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) apresenta números ainda maiores para o cooperativismo de crédito no país. Segundo a OCB, são 1.047 cooperativas que reúnem 4.673.174 associados dos diversos sistemas de cooperativas de crédito existentes no Brasil, sendo os maiores o Sicoob, o Sicredi e a Unicred (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2013).

No Sicoob, a união de cooperativas tem como base suas cooperativas singulares. Segundo o próprio Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (2013), as singulares são instituições financeiras resultante da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se, ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

O Sistema das Cooperativas de Crédito do Sicoob é composto por cooperados de diversos segmentos, entre eles estão: empregados privados; profissionais liberais; agentes ligados à atividade rural; pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores. Existem também as cooperativas de Livre Admissão cujo são consideradas aquelas onde qualquer pessoa pode fazer parte do quadro de associados da cooperativa, respeitando somente as exigências propostas pela própria cooperativa.

Hoje o modelo mais simples de uma cooperativa singular consiste apenas na captação de cotas de capital, revertendo-as em empréstimos aos associados. Esse modelo operacional não oferece serviços semelhantes à rede bancária, tais como conta-correntes, aplicações financeiras, entre outros. Contudo, a maior parte das cooperativas singulares que compõe o Sicoob capta depósitos à vista e a prazo, fazendo uso, para tanto, de serviços bancários. Isso lhes tem permitido aumento significativo da capacidade de concessão de crédito. Essa iniciativa também tem possibilitado o incremento das sobras apuradas e a variedade da oferta de serviços aos associados.

Atualmente a rede Sicoob quase se equipara aos bancos de varejo no que tange a serviços bancários. Porém, o sistema cooperativo de crédito possui uma especificidade que o diferencia das demais instituições financeiras. Quando um associado utiliza da rede cooperativa para realizar um serviço bancário, todas as operações financeiras realizadas se transformam em benefícios para os associados, por meio de taxas e condições especiais, fazendo com que as cooperativas contribuam para o desenvolvimento das economias locais, investindo recursos em projetos de desenvolvimento sustentável e fomentando a prosperidade e a solidariedade das regiões em que atuam (BENEVIDES, 2004).

As cooperativas singulares do Sicoob, ainda com o intuito de incrementar a qualidade dos serviços prestados aos associados, se organizaram e constituíram as cooperativas centrais de crédito, como forma de ampliar ainda mais sua capacidade de atendimento. As centrais, segundo informações do Sicoob, são instituições independentes, promotoras da integração regional e estadual das cooperativas do sistema. Atualmente, o Sicoob possui 15 cooperativas centrais que atuam pró-ativamente na prevenção e correção de situações que acarretem risco para a solidez das cooperativas filiadas e do sistema, prestando diversos serviços, entre os quais: centralização dos recursos captados pelas suas cooperativas singulares; padronização e supervisão de sistemas operacionais e de controle de depósitos e empréstimos; educação e capacitação, um dos princípios do cooperativismo; adoção de medidas corretivas; assessoria jurídica conjunta, não necessitando que cada singular possua seus próprios advogados, assessoria de comunicação e compras individuais, gerando descontos maiores e maior poder de negociação para as cooperativas singulares, propiciando a redução de custos e o



fortalecimento do sistema perante o mercado, mediante a união de projetos e de forças, servindo também de alicerce para empreendimentos (SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, 2013).

Com vista ao fortalecimento do sistema, as cooperativas centrais (ou de segundo nível) se uniram formando o Sicoob Confederação. O Sicoob Confederação é uma cooperativa de terceiro grau, com personalidade jurídica própria e objetivos específicos e que tem por finalidade defender o interesse do sistema, promovendo a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica. Além disso, a Confederação é responsável por definir políticas e estratégias de comunicação e marketing, principalmente em relação ao uso da marca Sicoob (SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, 2013).

Por intermédio da Confederação, as cooperativas de crédito do Sicoob de primeiro e segundo nível, têm acesso a serviços de auditoria, para verificação dos processos realizados pelas cooperativas, com a premissa de profissionalização dos serviços prestados para os cooperados, uma vez que tais serviços, antes da implementação destas auditorias, eram prestados cada qual com suas especificidades dos próprios colaboradores das cooperativas singulares, ouvidoria e relacionamento com os associados, servindo como instrumento de controle para melhor atender seus clientes/donos, cursos de capacitação de pessoas, informações gerenciais, para melhor unificar as metas e objetivos do sistema Sicoob, fazendo com que cada singular do sistema possa realizar seus objetivos com um foco global de todo o Sistema. A confederação também propiciou o desenvolvimento de tecnologias para facilitar essa assimetria de informações, assim como mecanismos de soluções tecnológicas como o SisBr - Sistema de Informação Gerencial do Sicoob criado no ano de 2001 que facilitou o acesso a informações para todas as singulares do Brasil (SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, 2013).

Ainda de acordo com o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (2013), a Confederação representa, sobretudo, a materialização da proposta de consolidação, organização e fortalecimento do Sicoob, com vistas à atuação sistêmica, formando, em conjunto com as Cooperativas Centrais, Cooperativas Singulares e Bancoob o Sistema. A Confederação pode ser entendida como o universo do Sistema, onde através dos principais representantes das cooperativas

singulares e centrais, os objetivos e metas do sistema são definidos de forma clara objetiva e tangível, não minimizando a importância do grau de atuação e abrangência da cooperativa.

O braço financeiro da organização é o Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob. O Bancoob é um banco comercial privado, formado por sociedade anônima de capital fechado, cujo controle acionário pertence às cooperativas centrais de crédito do Sicoob. O Bancoob foi criado em 1996 e é regido e regulamentado pela Lei 4.595/64 e pela Resolução 2.788/00 do Conselho Monetário Nacional. Juridicamente, o Bancoob é uma organização independente das demais entidades do Sicoob. Ele foi constituído com a finalidade específica de oferecer produtos e serviços financeiros às cooperativas, ampliando e criando novas possibilidades de negócios oferecendo uma gestão centralizada dos recursos financeiros do Sistema.

O Bancoob atua como agente facilitador na redução dos custos das cooperativas desenvolvendo e disponibilizando produtos e serviços tipicamente bancários para elas. Desta forma, o Bancoob busca oferecer facilidades e atender às especificidades das cooperativas singulares de crédito. Por meio do Bancoob, as cooperativas singulares podem atuar como instituições do mercado bancário, oferecendo uma linha completa de cartões de crédito e outros serviços como poupança, cobrança bancária, linhas de créditos de recursos repassados por instituições governamentais e fundos de investimentos.

Segundo Souza (1992), a criação de bancos cooperativos era uma questão de tempo, uma vez que já havia no país, em diversos lugares distintos, cooperativas de crédito que até mesmo ultrapassavam bancos comerciais no valor de patrimônio. Porém, mesmo contando com poder de mercado para atuarem como os bancos tradicionais, tais cooperativas continuavam a depender destes agentes financeiros por não estarem legalizadas para oferecer serviços bancários específicos. Souza (1992) apresenta em seu livro uma análise bastante interessante sobre o debate, corroborando da seguinte maneira.

Grande parte dos problemas e dificuldades do sistema do crédito cooperativo poderiam ser superados pelo Banco Central, sem alteração da legislação. Como ele é o órgão normativo, bastaria acreditar mais no sistema, orientando, apoiando, fiscalizando e emitindo recomendações técnicas.

Porém há outras dificuldades práticas no próprio movimento, que precisam ser superadas internamente por cada cooperativa. Uma delas é a evidente desproporção técnico-administrativo-financeira existente entre cooperativas de pequeno e grande porte.

Exemplo de cooperativa de crédito rural de grande porte é a de Cotia, cujo patrimônio, em 1985, correspondia a duas vezes o capital mínimo exigido para a constituição de um banco comercial. Segundo Mário Kruehl, que questionava na época o Banco Central por maiores aberturas para esta cooperativa, seu porte a colocava entre as 20 e 30 maiores organizações bancárias do país – que eram então 97. Assim sendo, por que não podia esta cooperativa, exatamente como um banco, operar câmbio, *open market*, com sua própria banca, trabalhando com terceiros. Outras instituições financeiras de menor expressão, algumas até insignificantes têm essa abertura apenas porque são bancos comerciais e não cooperativas.

Estava claro, a Cotia tinha condições de operar tal qual uma organização bancária, não apenas pelo valor do seu patrimônio, mas também pela alta capacidade técnica de sua equipe. Havia bancos que “roubavam” técnicos da Cotia justamente por esta não poder atuar em todos os segmentos do negócio bancário.

Por outro lado, há cooperativas de muito menor porte, com menos de 100 pequenos produtores associados, sem nenhuma estrutura adequada, que, evidentemente, não poderiam trabalhar num nível mais sofisticado.

Seria o caso então de classificar as cooperativas de crédito, como são classificados os bancos comerciais – pequenos, médios e grandes, com agências especiais, de primeira, segunda, terceira e quarta classes e agências pioneiras. Esta experiência de classificação foi bem sucedida na Espanha e poderia ser realizada no Brasil por uma comissão composta por técnicos do Banco Central e das Centrais de Cooperativas de Crédito, que estabeleceriam ainda o sistema de operação de cada classe de cooperativa (SOUZA, 1992, p. 121).

### 2.3. COOPERATIVA DE CRÉDITO X BANCOS TRADICIONAIS

Segundo Meinen (2012), a manifestação cooperativa de ajuda ao próximo e cooperação entre os integrantes da cooperativa pode assumir diferentes formas operacionais. A mutualidade envolve desde atividades de produção e comercialização até o oferecimento de itens para consumo e prestação de serviços nas diversas áreas profissionais, inclusive no setor financeiro. Nesse caso, a mutualidade poderá se materializar nas instituições de cooperativismo de crédito.

Ainda de acordo com o autor, os bancos tradicionais diferem-se das cooperativas de crédito em sua concepção, pois os bancos tradicionais surgem da necessidade de retorno financeiro do dono do capital, sem haver qualquer consulta aos usuários. Já as cooperativas de crédito nascem da vontade e da necessidade de um grupo de pessoas, que se congregam, elegendo uma sociedade ou um fórum comum para a troca de soluções. Por isso, nas cooperativas de crédito prevalece o

interesse dos usuários, diferentemente dos sistemas bancários tradicionais, que possuem um interesse único do ofertador do serviço.

A apreciação comparativa das características de um ou outro modelo organizacional não deixa dúvidas: a cooperativa de crédito não é um banco e com banco não se confunde. Por isso mesmo, é vedado as primeiras o emprego do vocábulo “Banco” conforme a Lei 5.764, de 1971, art. 5º, parágrafo único. (MEINEN, 2012, p.52).

O autor ainda apresenta um quadro, quadro 01, comparativo, onde se inserem, de forma simplificada, algumas diferenças existentes entre os Bancos e as Cooperativas de Crédito.

**QUADRO 01 - Diferenças entre cooperativas de crédito e bancos**

Bancos	Cooperativas de Crédito
a) São sociedade de capital	a) São sociedade de pessoas
b) O poder é exercido na proporção do número de ações	b) O voto tem peso igual para todos (uma pessoa, um voto)
c) As deliberações são concentradas	c) As decisões são partilhadas entre muitos
d) Os administradores são terceiros (homens do mercado)	d) Os administradores-líderes são do meio (associados)
e) O usuário das operações é mero cliente	e) O usuário é o próprio dono (cooperado)
f) O usuário não exerce qualquer influência na definição dos produtos e na sua precificação	f) Toda política operacional é decidida pelos próprios usuários/donos (associados)
g) Podem tratar distintamente cada usuário	g) Não podem distinguir: o que vale para um, vale para todos (art. 37 da Lei n º 5.764/71)
h) Preferem o público de maior renda e as maiores corporações	h) Não discriminam, servindo a todos os públicos
i) Priorizam os grandes centros (embora não tenham limitação geográfica)	i) Não restringem, tendo forte atuação nas comunidades mais remotas

Bancos	Cooperativas de Crédito
j) Têm propósitos mercantilistas	j) A mercancia não é cogitada (art. 79, parágrafo único, da Lei n ° 5.764/71)
k) A remuneração das operações e dos serviços não tem parâmetro/limite	k) O preço das operações e dos serviços tem como referência os custos e como parâmetro as necessidades de reinvestimento
l) Atendem em massa, priorizando, ademais, o autosserviço	l) O relacionamento é personalizado/individual, com o apoio da informática
m) Não tem vínculo com a comunidade e o público alvo	m) Estão comprometidas com a comunidade e os usuários
n) Avançam pela competição	n) Desenvolvem-se pela cooperação
o) Visam o lucro por excelência	o) O lucro está fora do seu objeto, seja pela sua natureza, seja por determinação legal (art. Terceiro da Lei n ° 5.764/71)
p) O resultado é de poucos donos (nada é dividido com os clientes)	p) O excedente (sobras) é distribuído entre todos (usuários), na proporção das operações individuais, reduzindo ainda mais o preço final pago pelos cooperados e aumentando a remuneração de seus investimentos
q) No plano societário, são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas	q) São reguladas pela Lei Cooperativista e por legislação própria

Fonte: (MEINEN, 2012, p. 51).

De forma geral, essa diferença se apresenta da seguinte maneira. Os Bancos são sociedades de capital, nos quais o poder que o usuário possui é aquele proporcional ao número de ações que detém. As deliberações são concentradas, geralmente os administradores são terceiros, homens do mercado. O usuário das operações é um mero cliente, não exercendo qualquer influência direta na definição dos produtos e na sua precificação. Os Bancos podem tratar cada usuário de forma

distinta, geralmente oferecendo mais privilégios aos maiores clientes. Normalmente, acabam preferindo o público de maior renda para compor seu quadro de clientes, priorizam grandes centros, embora não possuam limitações geográficas. Seus propósitos são mercantilistas, sua remuneração nas operações e nos serviços realizados não possui limite, o vínculo com o cliente e com a comunidade é fraco. Os bancos sempre avançam para a competição, visando o lucro por excelência e diferindo das cooperativas de crédito na divisão de seus resultados financeiros.

Por outro lado as cooperativas de crédito possuem outra linha de ação. Sendo uma sociedade de pessoas, onde o voto tem peso igual para todos independentemente do número de cotas de cada associado, as decisões são partilhadas entre muitos. Os administradores e os usuários são os próprios tomadores de decisão e os principais beneficiários da cooperativa. As políticas operacionais são decididas pelos cooperados que são, ao mesmo tempo, os donos e os usuários da cooperativa. As cooperativas de crédito não diferenciam seus usuários, sendo que o que vale para um acaba valendo para todos, não possuem um público de preferência, atendendo a todos os interessados. A mercancia e os ganhos financeiros por meio da movimentação de capital não é objetivo da organização. Os preços das operações e dos serviços têm como referência os custos e tomam como parâmetro as necessidades de reinvestimento. Há um comprometimento, neste sistema, com as comunidades e com os usuários. O lucro por si só está fora do seu objetivo, seja pela natureza, seja por determinação legal. Mas a característica mais marcante pela qual as cooperativas de crédito se diferenciam dos bancos é com relação às sobras, que são distribuídas entre todos os usuários, na proporção das operações individuais, ou seja, pela contribuição com que cada cooperado dá para a geração desse resultado. Os reinvestimentos se prestam a reduzir o preço final pago pelos cooperados para os serviços da cooperativa e para o incremento das condições de negócios com organização. Os reinvestimentos também retornam a seus cooperados na forma de remuneração de seus investimentos (cotas-parte) (BENEVIDES, 2006).

## 2.4. CRÉDITO BANCÁRIO

De acordo com Beckman (1949), uma das primeiras pessoas a pesquisar e definir de forma clara o termo, o crédito deve ser visto como um importante recurso

estratégico para alcançar a meta principal da administração financeira, ou seja, serve para atender às necessidades de todos os supridores de capital agregando valor ao patrimônio dos acionistas. Segundo Santos (2010), o crédito estaria fundamentado sub dois pilares, a confiança, expressa na promessa de pagamento, e tempo, que se refere ao período fixado entre a aquisição e a liquidação da dívida. Dentre algumas conceituações, uma definição pode melhor explicar este conceito, como a troca de um valor presente por uma promessa de reembolso futuro, não necessariamente certo, em virtude do “fator risco”, cabendo uma análise cuidadosa do credor referente à capacidade de pagamento pelo tomador do financiamento. Santos (2010) acrescenta que a finalidade do crédito deve estar diretamente vinculada com a necessidade do cliente. Por isso, é preciso conhecê-lo detalhadamente quanto sua situação financeira e patrimonial, para oferecer-lhe uma linha de crédito compatível com suas necessidades de financiamento e capacidade de amortização.

Souza (2010) ainda explica que as linhas de crédito podem atender a diversas necessidades, sendo possível sua utilização para pessoas físicas ou jurídicas, onde o crédito em si pode ser utilizado tanto para atender as necessidades emergenciais, cobrindo eventuais desequilíbrios orçamentários, quanto para financiamento de compras e investimentos, permitindo aos clientes a obtenção de produtos e serviços, geralmente utilizados na obtenção de bens de maior valor.

Frequentemente os créditos destinados às pessoas físicas, são os seguintes: Cheque especial, que segundo Sousa (2010) é aquele crédito rotativo, utilizado para atender às necessidades eventuais ou temporais dos tomadores deste recurso financeiro; Cartão de crédito, permitindo ao cliente a realização de saques e compras de bens de serviços; Contrato de crédito, uma modalidade específica para um objetivo conhecido pelo banco, onde o utilizador do crédito já definiu sua utilização; Crédito direto ao consumidor, uma linha de crédito destinada a financiar a prestação de serviços e aquisição de bens duráveis; Crédito imobiliário, referente à aquisição ou construção de imóveis residenciais; e o Leasing, considerado uma operação de arrendamento ou aluguel às pessoas físicas.

Entretanto, como mencionado anteriormente, as pessoas jurídicas, ou empresas, também poderão utilizar de algumas ferramentas do crédito para melhorarem sua situação financeira, sendo assim Sousa (2010) apresenta três

definições de créditos para empresa, o *hot money*, destinado a cobrir eventuais desequilíbrios de fluxo de caixa, o capital de giro, com o intuito de financiar o ciclo operacional da empresa, e os investimentos, cuja finalidade seria o financiamento de imobilizações que melhorariam a capacidade produtiva da empresa, sendo que dentre estas definições ainda temos o desdobramento das linhas de crédito para as empresa, onde o autor apresenta nove diferentes modalidades existentes, são elas: Contratos de capital de giro, compreendendo o financiamento de necessidades operacionais de curto prazo; Compor, uma operação de financiamento de compras que permite ao comprador de insumos o pagamento a prazo e ao fornecedor o recebimento a vista; Vendor, cuja finalidade pode ser entendida como a possibilidade de uma empresa realizar suas vendas a prazo e receber da instituição financeira o valor a vista; Adiantamento sobre contratos de câmbio, utilizado pelos exportadores, assim como o adiantamento sobre cambiais entregues e financiamento à importação, onde os financiamentos são preferencialmente para empresas com amplitude internacional, que utilizam os mecanismos de exportação e importação para rentabilizar o capital; Resolução 63 que consiste no empréstimo de recursos captados no exterior por instituições financeiras, por meio da emissão de títulos; Leasing cujo entendimento seria inerente às operações de financiamento ou arrendamento e os Repasses governamentais, englobando os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os Fundos Constitucionais das diversas regiões brasileiras (SOUZA, 2010).

## 2.5. LINHAS DE CRÉDITO OPERACIONALIZADAS PELO SICOOB

O Sistema Cooperativo do Brasil não disponibiliza aos seus cooperados todas as linhas de crédito existentes no mercado brasileiro, entretanto, uma boa parte dos créditos oferecidos pelos bancos tradicionais aos seus clientes, também podem ser encontrados pelos associados do Sicoob, seja na própria cooperativa que o associado esteja participando, seja pela participação do Bancoob na disponibilização de recursos públicos. Atualmente, de acordo com o Sistema Cooperativo do Brasil (2013) as linhas de crédito disponibilizadas aos associados pelo Sicoob são as seguintes: Capital de giro; Crédito Rotativo; Estruturação de Cooperativas; Sicoob Cotas Partes, entre outras diversas modalidades que o BNDES oferece ao Bancoob para disponibilizarem aos seus associados.



O Sicoob, com atuação praticamente em âmbito nacional, oferece, além das linhas de crédito tradicionais, algumas formas de crédito para produtores rurais, viabilizando o setor que representa mais de 30% do PIB brasileiro (MENDES; PADILHA, 2007). Disponibilizando uma ampla carteira de crédito rural aos seus associados, sendo que entre as principais operações de crédito rural, as operações de repasse, Cédula do Produtor Rural e os recursos disponibilizados pelo BNDES merecem destaque.

Em conjunto com os diversos modelos de crédito disponibilizados pelo Sicoob aos seus associados, também há a participação do Bancoob no oferecimento de recursos disponíveis do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), que através das suas diversas linhas de crédito, dentre as quais se destacam a de desenvolvimento rural, desenvolvimento da irrigação e drenagem, desenvolvimento de sistema de integração rural e desenvolvimento de conservação da natureza, todas estas relacionadas à carteira de crédito rural do Bancoob, oferecendo aos associados do Sicoob a opção de diversificação de crédito.

Outras formas de atuação do crédito que necessitam de atenção especial no que tange o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, além das formas de investimentos que envolvem desde a poupança até a previdência privada, são: o crédito consignado e o micro crédito, que juntos representam grande parte da movimentação financeira do sistema, em grande parte, isso deve pelo fato da grande disponibilização destes ativos no mercado, do acesso a todos e de forma descomplicada.

## 2.6. METODOLOGIA

Através de pesquisa exploratória documental de caráter quantitativo e pesquisas bibliográficas, com o intuito de apresentar a participação do Sistema de Cooperativas de crédito do Brasil no Sistema Financeiro Nacional no ano de 2012, declarado pela Organização das Nações Unidas, como o ano internacional das cooperativas, e utilizando métodos estatísticos de dados primários, disponibilizados pelo Banco Central do Brasil e pelo Sicoob, buscou-se realizar uma pesquisa *ex-post-facto*, que segundo Pedron (2003) caracteriza-se por uma pesquisa realizada depois dos fatos ocorridos, não havendo a possibilidade de controle sobre as variáveis, sendo situações que ocorreram naturalmente, tendo como finalidade a

identificação do real impacto que o Sicoob representa em todo o Sistema Financeiro Nacional.

A pesquisa exploratória documental foi realizada utilizando dados disponibilizados pelo próprio Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil em seus relatórios anuais, e pelo auxílio de entrevistas informais com diversos agentes que atuam diretamente no âmbito do Sistema, entretanto, somente a pesquisa documental não seria capaz de gerar informações suficientes para a resposta do questionamento. Havendo também a necessidade da realização de pesquisas documentais em Órgãos Públicos Federais, como por exemplo, do Banco Central do Brasil, responsável pelo fornecimento de informações inerentes a movimentação contábil do Sistema Financeiro Nacional no ano de 2012, e do Ministério da Fazenda, responsável por gerar informações inerentes ao Plano Real, Plano vigente na época de análise.

As pesquisas bibliográficas não ficaram restritas às pesquisas realizadas nos Órgãos Públicos Federais, sendo necessárias também nas pesquisas em livros e revistas eletrônicas com o intuito de facilitar a complementaridade das informações geradas e enriquecer a pesquisa exploratória. Congruentemente com as pesquisas que foram realizadas houve também a análise dos dados colhidos, sendo que esta análise estava sendo acompanhada por pessoas ligadas ao Sistema de Cooperativas de Crédito no Brasil, com a preocupação de não existir no proposto projeto, dados inverídicos ou dúbios com relação à participação do Sicoob no Sistema Financeiro Nacional.

Sendo assim podemos dispor que no deferido ano, Ano Internacional das Cooperativas, o Sicoob movimentou uma quantia não muito representativa no montante do Sistema Financeiro Nacional, porém quando tratados de números tão exorbitantes, a participação do Sicoob passa a ser relevante, uma vez que mesmo não representando um percentual elevado, o volume de operações de crédito impressiona. Outro fato que também merece destaque é o crescimento que o sistema cooperativo de crédito vem mantendo nos últimos anos, pois quando comparado aos bancos tradicionais, esse crescimento se faz muito acima da média (MEINEN 2012).

O atual diretor operacional do Bancoob, Ênio Meinen, em sua publicação em 2012, corrobora com as premissas de crescimento do Sistema Cooperativo do

Brasil, através de inúmeros quadros que serão apresentados a seguir, quadros estes que possuem como fonte primária dos seus dados o Banco Central do Brasil, que é atualmente o órgão responsável pela organização do sistema financeiro como um todo, podendo demonstrar pequenas distorções da realidade em virtude da participação de alguns bancos públicos na realidade do cooperativismo de crédito brasileiro.

**QUADRO 02 - O tamanho do Sistema Financeiro Nacional em dezembro de 2011**

Tipo	Instituições Financeiras Enquadradas	Qtde. de IFs	Total de Ativos	%
Consolidado Bancário 01	Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica	101	4.302.698.136.000	83,78%
Consolidado Bancário 02	Banco Múltiplo sem Carteira Comercial e Banco de Investimento	32	94.437.290.000	1,84%
Consolidado Bancário 03	Cooperativas de Crédito	1312	86.516.713.000	1,68%
Consolidado Bancário 04	Banco de Desenvolvimento	04	615.910.573.000	11,99%
Consolidado Não Bancário	Conglomerados Não bancários e Instituições Financeiras Não Bancárias Independentes	295	35.925.948.000	0,70%
Total Sistema Financeiro		1744	5.135.488.660.000	100,00%

Fonte: BACEN - 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional - posição de dez/2011 (MEINEN, 2012, p. 118).

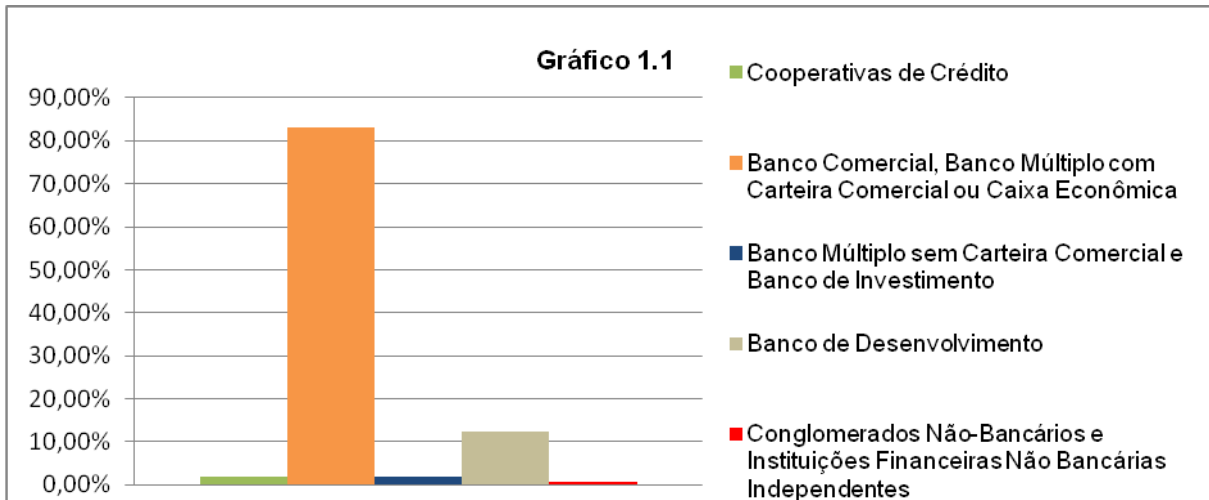
Utilizando como fonte dados o Banco Central do Brasil em setembro de 2012, e observando o quadro 02 de (MEINEN 2012), é possível atualizar tais resultados como demonstrado a seguir:

**QUADRO 03 - O tamanho do Sistema Financeiro Nacional em setembro de 2012**

Tipo	Instituições Financeiras Enquadradas	Qtde. de IFs	Total de Ativos	%
Consolidado Bancário 01	Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica	99	4.390.338.312.000	83,07%
Consolidado Bancário 02	Banco Múltiplo sem Carteira Comercial e Banco de Investimento	34	97.791.771.000	1,85%
Consolidado Bancário 03	Cooperativas de Crédito	1263	103.159.614.000	1,95%
Consolidado Bancário 04	Banco de Desenvolvimento	04	655.593.542.000	12,40%
Consolidado Não Bancário	Conglomerados Não bancários e Instituições Financeiras Não Bancárias Independentes	286	38.503.509.000	0,73%
Total Sistema Financeiro		1686	5.285.386.748.000	100,00%

Fonte: BACEN - 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional - posição de set/2012 – Adaptado de (MEINEN, 2012, p. 118).

O quadro acima possui como referência o mês de setembro de 2012, uma vez que tais informações são atualizadas, pelo Banco Central do Brasil, trimestralmente, não sendo disponibilizados, até a conclusão do presente trabalho, os dados finais do ano de 2012. Um melhor entendimento da participação das cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional pode ser observado no gráfico 1.1.



Conforme evidenciado pelo quadro 03 e pelo gráfico 1.1, podemos concluir que a participação das cooperativas de crédito gira em torno de 1,95% do total de ativos do Sistema Financeiro Nacional, dados de setembro de 2012. Atualmente, segundo dados do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (2013) o Sicoob representa em torno de 41,48% dos ativos totais do cooperativismo de crédito, respondendo por um total de aproximadamente R\$ 42.800.000.000,00 ou 0,81% dos ativos do Sistema Financeiro Nacional.

Entretanto, tais dados não contemplam a participação dos bancos cooperativos na contabilização dos ativos das cooperativas de crédito, sendo que quando somados os ativos dos bancos cooperativos, essa participação aumenta ainda mais, pois alguns recursos disponíveis pelos bancos cooperativos, não são inseridos diretamente na contabilização das cooperativas de crédito, a exemplo, dos fundos repassados pelo BNDES e pelo FCO englobando também a captação de depósitos, como representado pelo Quadro 04.

**QUADRO 04 - Volume de recursos administrados por Instituições Financeiras Cooperativas**

Instituição financeira	Total de Ativos	Depósitos	Operações de Crédito	Patrimônio Líquido
Cooperativas de Crédito	103.159.614.000	48.202.413.000	44.726.917.000	18.540.661.000
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	20.036.343.000	8.987.211.000	8.177.346.000	483.800.000

Instituição financeira	Total de Ativos	Depósitos	Operações de Crédito	Patrimônio Líquido
Bancoob S.A.	15.148.531.000	10.644.211.000	4.921.312.000	447.318.000
Total Sistema Cooperativo	138.344.488.000	67.833.835.000	57.825.575.000	19.471.779.000
Total Sistema Financeiro	5.285.386.748.000	1.755.606.491.000	2.244.689.120.000	513.906.245.000
% sem os bancos cooperativos	1,95%	2,75%	1,99%	3,61%
% com os bancos cooperativos	2,62%	3,86%	2,58%	3,79%

Fonte: BACEN - 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional - posição de set/2012 – Adaptado de (MEINEN, 2012, p. 119).

Este quadro apresentado acima contempla ainda, além da participação dos bancos cooperativos no valor dos ativos do cooperativismo de crédito, o total de depósitos capitalizados pelo cooperativismo de crédito como um todo, o volume total das operações de crédito do sistema e o patrimônio líquido que envolve o cooperativismo de crédito, até setembro do ano de 2012, sendo que quando contabilizados os bancos cooperativos nestes recursos, esses valores representam no Sistema Financeiro Nacional 3,86%, 2,58% e 3,79% respectivamente.

Como mencionado anteriormente somente o Sicoob no SFN, no que tange os ativos do cooperativismo de crédito, representam um total de aproximadamente 0,81% de *market-share* (participação), sendo que quando acrescido a este resultado a participação do Bancoob no recurso, esta participação passa de 1,09% representando um total de aproximadamente R\$ 57.940.000.000,00 de reais. Utilizando dados fornecidos pelo Sistema de Cooperativas de Crédito (2013) e mantendo a mesma lógica de pensamento, cada qual com sua especificidade de participação, é possível inferir que o Sicoob representa

aproximadamente R\$ 32.672.713.000,00 ou 1,86% de participação dos depósitos no SFN, R\$ 23.711.090.000,00 ou 1,05% de participação no volume das operações de crédito do SFN e R\$ 9.226.321.000,00 ou 1,80% de representatividade do patrimônio líquido do SFN. Utilizando como base para estes resultados, a participação do Sicoob no cooperativismo de crédito que gira em torno de 0,46% dos depósitos, 0,42% das operações de crédito e 0,47% do patrimônio líquido do cooperativismo de crédito (SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, 2013).

## 2.7. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA NOS ÚLTIMOS ANOS.

Meinen (2012) enriquece os dados do cooperativismo de crédito com algumas tabelas que comprovam o crescimento do setor, assim como o crescimento dos recursos financeiros envolvidos nas operações de depósitos, operações de crédito, o patrimônio líquido e total de ativos das cooperativas, apresentando também de forma comparativa o crescimento destes ativos totais das cooperativas em concorrência com os ativos totais do Sistema Financeiro Nacional, como são apresentados, atualizados, a seguir no Quadro 05 e Quadro 06.

**QUADRO 05 - Participação de Mercado das Instituições Financeiras Cooperativas  
Evolução no período compreendido entre os anos de 1995 e set/2012**

Ano	Qtde. de Cooperativas	Total de Ativos	Depósitos	Operações de Créditos	Patrimônio Líquido
1995	908	0,20%	0,17%	0,38%	0,79%
1996	958	0,26%	0,29%	0,45%	0,93%
1997	1024	0,33%	0,42%	0,59%	1,29%
1998	1110	0,45%	0,60%	0,74%	1,51%
1999	1208	0,63%	0,82%	0,96%	1,64%
2000	1252	0,76%	1,12%	1,10%	1,86%
2001	1326	0,93%	1,41%	1,41%	1,99%
2002	1379	1,15%	1,65%	1,54%	2,36%
2003	1428	1,40%	2,06%	1,84%	2,66%
2004	1411	1,55%	1,66%	2,05%	2,95%
2005	1416	1,72%	1,77%	2,08%	3,24%

Ano	Qtde. de Cooperativas	Total de Ativos	Depósitos	Operações de Créditos	Patrimônio Líquido
2006	1422	1,92%	2,10%	2,11%	3,23%
2007	1440	1,90%	2,30%	2,24%	3,19%
2008	1438	1,72%	1,97%	2,42%	3,24%
2009	1394	1,90%	2,30%	2,38%	3,37%
2010	1352	2,10%	2,95%	2,35%	3,17%
2011	1312	2,25%	3,15%	2,45%	3,51%
Set/2012	1263	2,62%	3,86%	2,58%	3,79%

Fonte: BACEN - 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional - posição de set/2012 - Adaptado de (MEINEN, 2012, p. 120).

Os resultados apresentados pelo quadro 05 demonstram a forte atuação e crescimento do sistema cooperativo brasileiro desde a implementação do Plano Real, sendo que as operações de crédito em específico estão em auge desde a época analisada, corroborando com o fortalecimento do setor. Outra análise inferida a respeito do quadro em questão são as percentagens apresentadas pelo patrimônio líquido das cooperativas de crédito, que mesmo com a estagnação do número de cooperativas no setor, e crescimento do volume de dinheiro movimentado pelo Sistema Financeiro Nacional, o patrimônio líquido das cooperativas de crédito se mantém num patamar constante, representando de certa forma, um crescimento condizente com a realidade do Sistema Financeiro Nacional.

**QUADRO 06 - Crescimento percentual no período de 1995 a Set/2012**

Ano	Ativos totais do SFN	Crescimento %	Ativos totais das cooperativas	Crescimento %
1995	598.379.147.000		1.174.940.000	
2000	962.677.185.000	61%	7.276.540.000	519%
2001	1.086.000.073.000	13%	10.047.733.000	38%
2002	1.252.028.412.000	15%	14.364.263.000	43%
2003	1.331.541.097.000	6%	18.583.776.000	29%
2004	1.450.625.745.000	9%	22.454.895.000	21%
2005	1.674.624.008.000	15%	28.769.976.000	28%



Ano	Ativos totais do SFN	Crescimento %	Ativos totais das cooperativas	Crescimento %
2006	1.997.735.742.000	19%	38.336.713.000	33%
2007	2.559.107.944.000	28%	48.653.880.000	27%
2008	3.295.992.427.000	29%	56.850.460.000	17%
2009	3.610.296.275.000	10%	68.674.216.000	21%
2010	4.385.828.730.000	21%	92.052.086.000	34%
2011	5.135.488.660.000	17%	115.476.661.000	25%
Set/2012	5.764.949.227.000	12%	138.344.488.000	20%
Crescimento no período		863,43%		11674,60%

Fonte: BACEN - 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional - posição de set/2012 - Adaptado de (MEINEN, 2012, p. 121).

O quadro 06 apresenta dentre os períodos analisados o crescimento, acima da média de mercado, do cooperativismo de crédito no Brasil, representando um aumento em torno de 11674,60% no período compreendido entre 1995 a setembro 2012, no valor de seus ativos, enquanto que o Sistema Financeiro Nacional representou um crescimento de 863,43% no mesmo período, evidenciando um crescimento de aproximadamente 16,5% de média quando contabilizados os últimos 10 períodos, contra 25,5% de média de crescimento do cooperativismo de crédito no mesmo período.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo de crédito no Brasil pode não ser tão representativo como em outras regiões do planeta (BENEVIDES, 2006), porém não há dúvidas quanto o seu crescimento nos últimos anos, em especial, após a implementação do Plano Real e estabilização da inflação da economia brasileira, entretanto de acordo com Meinen (2012) essa evolução ainda não foi suficiente para alcançar uma participação mais apreciável no Sistema Financeiro Nacional, ao fato que, a participação em torno de 2% do PIB bancário brasileiro, além de não reproduzir os efeitos desejados com os estímulos oficiais e institucionais, distancia o cooperativismo de crédito do seu efetivo potencial.

Todavia, é de comum entendimento que o cooperativismo de crédito desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e crescimento dos diversos estados brasileiros, Oliveira (2009) colabora com o pressuposto ressaltando a importância do aumento do nível de cooperação entre as pessoas para enfrentar, a também crescente, competitividade entre as empresas, já que assim, na busca de resultados comuns e compartilhados, haverá um processo interativo entre os indivíduos, que resultará na melhor participação destas pessoas frente ao mercado. O atual Presidente do Banco Central do Brasil, o Ministro Alexandre Tombini, em discurso realizado no lançamento da agenda legislativa do cooperativismo, em evento patrocinado pela OCB – 28/02/2012 enfatiza que nos estados do sul, onde o cooperativismo tem forte atuação, os níveis de crescimento do cooperativismo em geral tem se aproximado dos 10%, fato que não norteia o restante do País, contudo no estado de Mato Grosso, onde se encontra uma das maiores rede de postos de atendimento, juntamente com Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os dígitos oriundos dos empréstimos realizados pelo cooperativismo de crédito, já vêm superando a marca de 11% ao ano (MEINEN, 2012), demonstrando parte da capacidade que o cooperativismo de crédito representa naquela região.

O cooperativismo, que possui como objetivo a difusão dos ideais em que se baseia, no intuito de atingir o pleno desenvolvimento financeiro, econômico e social de todas as sociedades cooperativas (BENATO, 2004), está presente no Estado brasileiro com diferentes graus de intensidades, sendo factível que haja um crescimento ainda maior naqueles estados que ainda não possuem o cooperativismo desenvolvido.

Atualmente o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, que representa praticamente 44% de todo o cooperativismo de crédito no país, tem função essencial no desenvolvimento de determinadas regiões assim como no desenvolvimento social dos participantes do cooperativismo de crédito, o Sistema que possui como visão de ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados vem trabalhando arduamente para atingir tal objetivo, porém, mesmo conseguindo de certa forma esse reconhecimento, possui ferramentas para ampliar sua amplitude de atuação. Com crescimento significativo e maiores que a média do Sistema Financeiro Nacional, o Sicoob, assim como o cooperativismo de crédito como um todo, certamente representará um importante agente financeiro com o passar dos anos, não sendo lembrado pelo Estado e Governo brasileiro somente no Ano Internacional das Cooperativas.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKMAN, T. D. **Cases in Credits and Collections**. New York: McGraw-Hill, 1949.
- BENATO, J. V. Azolin, **O ABC Do Cooperativismo**. 8 Ed. São Paulo: Dinâmica, 2007.
- CADUETTE, J.B.; ALTMAN, E. I.; NARAYANAN, P. **Gestão do Risco de Crédito**. Rio de Janeiro: Qualitymarck, 2000.
- JACOB, C. A. **Crédito Bancário no Brasil: uma interpretação heterodoxa**. Campinas: Unicamp, 2003.
- MEINEN, Ênio, **O Cooperativismo de Crédito Ontem, Hoje e Amanhã**. Brasília: Confebras, 2012.
- MENDES, J. T. G.; PADILHA, J. B. J. **Agronegócio uma visão econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de, **Manual de Gestão das Cooperativas: uma abordagem prática**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PEDRON, Ademar João. **Metodologia Científica: auxiliar do estudo, da leitura e da pesquisa**. 3. Ed. Brasília: edição do autor, 2001.
- PINHO, Diva Benevides, **Brasil Crédito Cooperativo e Sistema Financeiro**. São Paulo: Esetec, 2006.
- PINHO, Diva Benevides, **O Cooperativismo de Crédito no Brasil: do século XX ao século XXI**. Santo André: Esetec, 2004.
- ROBY, Yves, **As Caixas Populares Alphonse Desjardins 1900-1920**; tradução Carlos Potiara Castro. Brasília: Confebras, 2001.
- SANTOS, José Odílio dos, **Análise de Crédito: empresas, pessoas físicas, agronegócio e pecuária**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUZA, A. Silva, **Cooperativismo de Crédito**. Realidades e Perspectivas. Rio de Janeiro: AG Comunicação Corporativa, 1992.

BATISTA, Paulo Nogueira Junior, **Vulnerabilidade Externa da Economia brasileira** – disponível em [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142002000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142002000200011) – acesso em 20/01/2013.

MULLER, E. **Moedas e Bancos no Rio de Janeiro no Século XIX** – disponível em [http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas\\_e\\_bancos\\_no\\_rio\\_de\\_janeiro\\_no\\_seculo\\_xix.pdf](http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas_e_bancos_no_rio_de_janeiro_no_seculo_xix.pdf) - Acesso em 16/01/2013

Banco Central do Brasil – **50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional** – disponível em <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp> - Acesso em 20/01/2013.

Portal do Cooperativismo de Crédito: **cooperativismo de crédito no Brasil e no Mundo** – disponível em [www.cooperativismodecredito.com.br](http://www.cooperativismodecredito.com.br) - Acesso em 16/01/2013.

Organização das Cooperativas Brasileiras – disponível em [www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br) – Acesso em 15/01/2013.

Banco Central do Brasil – disponível em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br) – Acesso em 20/01/2013.

Organização das Nações Unidas: secretário geral da ONU encerra Ano Internacional das Cooperativas – disponível em [www.onu.org.br/secretario-geral-da-onu-encerra-ano-internacional-das-cooperativas](http://www.onu.org.br/secretario-geral-da-onu-encerra-ano-internacional-das-cooperativas) - Acesso em 08/01/2013.

Ministério da Fazenda – disponível em [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br) – Acesso em 08/01/2013.

Ano Internacional das Cooperativas – disponível em [www.ano2012.coop.br](http://www.ano2012.coop.br) – Acesso em 12/01/2013.

Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil – disponível em [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br) – Acesso em 15/01/2013.

Banco Cooperativo do Brasil – disponível em [www.bancoob.com.br](http://www.bancoob.com.br) – Acesso em 15/01/2013.